



ACESSIBILIDADE AOS BENS E SERVIÇOS SOCIAIS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE MAUÉS/AM

Talita de Melo Lira¹
Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves²
Mayara Pereira da Silva³
Klilton Barbosa da Costa⁴
Vânia Lima Medeiros⁵

Resumo: Este trabalho analisa as condições de acesso aos bens e serviços sociais pelos povos ribeirinhos no âmbito das comunidades tradicionais na Amazônia. A pesquisa foi realizada junto a seis comunidades ribeirinhas, em Maués/AM. Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa intitulada *Condições de Acessibilidade aos Bens e Serviços Sociais pelos Povos Ribeirinhos na Amazônia*, Bolsa Produtividade CNPq, no período de 2010 a 2012. Dentre os resultados obtidos destaca-se: a produção de novos conhecimentos sobre a temática; constituição de ações de extensão universitária; a formulação de subsídios para elaboração de políticas públicas coerentes com as necessidades das populações ribeirinhas.

Palavras-chave: Questão socioambiental, políticas públicas, ribeirinhos, acessibilidade.

Abstract: This paper analyzes the conditions of access to social goods and services by people within riparian traditional communities in the Amazon. The research was carried out with six riverside communities in Maués/AM. This paper presents the partial results of the research entitled *Conditions Accessibility to Goods and Social Services for People Bordering on Amazon*, Purse Productivity CNPq, in the period from 2010 to 2012. Among the results stand out: the production of new knowledge on the subject; constitution of shares of university extension; subsidies for the formulation of public policy development consistent with the needs of coastal communities.

Keywords: Question socio-environmental, public policies, bordering, accessibility.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). talita.mlira@gmail.com

² Doutora. Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Amazonas (UFAM). mayara_social@hotmail.com

⁴ Doutor. Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

⁵ Bacharel. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). stanleyvl_medeiros@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

No contexto do debate sobre as formas de organização social, de corte tradicional, que se diferenciam, em sua ordem societal, da lógica de produção e consumo da sociedade capitalista, depara-se com a premente necessidade de ampliação e aprofundamento da discussão sobre as formas de acessibilidade a bens e serviços sociais. Igualmente, os estudos sobre populações tradicionais, em sua maioria, são realizados na área de Antropologia (Cultural e Indígena). Entende-se que o Serviço Social não pode ter presença limitada neste campo, e sob nenhuma hipótese, eximir-se deste compromisso ético político.

Os agrupamentos humanos que formam as comunidades tradicionais da Amazônia possuem uma relação de integração com o meio local. Cujas transmissões de saberes e habilidades, via tradição oral, deriva de um profundo conhecimento em relação aos ciclos da natureza que ordenam a vida, tais como: a variabilidade dos solos, o manejo da flora e da fauna, o movimento das águas em rios, lagos, *igarapés*, *igapós*, os mitos, símbolos e lendas.

O estudo aborda as condições de acessibilidade aos bens e serviços sociais, tendo como parâmetro a organização sociocultural das populações ribeirinhas, para buscar suprir as suas necessidades e atender seus interesses, mediante atendimento, via políticas públicas. Na Amazônia, as referidas condições, bem como, a dinâmica de viabilização das políticas públicas junto às comunidades ribeirinhas, carecem de avanço, no sentido da sociedade brasileira conhecer as complexas formas de manifestação da questão social na região, marcada por contradições, pela precariedade e/ou ausência, numa clara negação de direitos.

Nesse sentido, a pesquisa buscou contribuir com a construção de mecanismos e práticas para a superação das condições de subalternidade impostas, a partir de um diálogo com as populações ribeirinhas na construção de um saber, devidamente comprometido. A implementação da pesquisa foi realizada pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas/Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação), do Diretório 5.0 do CNPq, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



Por fim, entende-se que o debate sobre a organização sociocultural e política das populações ribeirinhas nas comunidades ribeirinhas amazônicas, buscando balizar os marcos de acessibilidade aos bens e serviços sociais, bem como, a identificação das práticas institucionais de viabilização das políticas públicas, alcança grande relevância, do ponto de vista acadêmico-científico, tanto pela necessidade de ampliar os estudos sobre as referidas populações, quanto para produção de conhecimentos e de referenciais teóricos que possibilitem uma leitura e subsidiem uma intervenção mais coerente com necessidades e interesses desses agentes sociais.

2. AMAZÔNIA: SOCIEDADE E CULTURA

Este trabalho concebe a Amazônia em sua diversidade sociocultural e ambiental. A Amazônia abriga uma diversidade de povos tradicionais, cuja formação étnica ocorreu historicamente constituída a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região e que geraram alterações drásticas às relações homem-natureza por incidirem sobre os liames da cultura dos povos da região. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias; fruto do processo de colonização sob a força da ocupação que sobreveio à região.

Em relação aos estudos sobre cultura, Lévi-Strauss (1987), travou um importante debate, analisando a cultura nas “sociedades primitivas”. O referido autor explica as especificidades que vigem entre o “pensamento selvagem” e o científico, identificando a existência de dois caminhos diferentes pelos quais a natureza é apreendida pelos processos cognitivos, qual seja, um aproximadamente adaptado ao da percepção e da imaginação e, o outro, sem que nega sua relevância, ou seja, “um muito perto da intuição sensível e o outro mais afastado” (LÉVI-STRAUSS, 1987, p. 36).

Para as populações ribeirinhas essa identidade assume um papel fundamental na luta pelo acesso a bens e serviços sociais (assistência social, saúde, educação, habitação) e pela garantia do direito ao seu território e ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais disponíveis.

2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: NOS MARCOS DA INTEGRAÇÃO



As políticas públicas, historicamente, direcionadas para a região estão ancoradas em premissas claramente ideológicas. Neste sentido, as singularidades da região inscritas na extensão de seu espaço físico, tanto ambiental, quanto sociocultural, bem como, os problemas a ela atribuídos, são vistos como atraso secular. Os povos tradicionais são rotulados de indolentes e inoperantes para operar sob os marcos da racionalidade capitalista os recursos regionais, gerando risco de destruição. Esse velho discurso ainda encontra eco nos tempos atuais e esconde os reais interesses de expansão do capitalismo por meio da dominação das formas de produção tradicionais em busca da maximização do lucro e da sanha da conquista de terras para especulação, exploração desordenada e predatória dos recursos naturais e dos homens (CHAVES, 2001).

Na Amazônia encontra-se um dos piores IDHs do Brasil com 0,727, enquanto a média nacional é 0,852. A região possui a segunda pior taxa de analfabetismo entre pessoas com dez anos em diante: 29,9%, menor apenas em relação ao nordeste, cujo percentual é de 37,5%; a segunda maior taxa de mortalidade infantil do país 53,70%, maior que a média nacional que é de 49,70%; menor apenas em relação ao nordeste (88,20%). Em contrapartida, a média PIB *per capita* brasileira é de R\$ 7.631 e o estado do Amazonas apresenta um valor superior com o PIB *per capita* de R\$ 8.374 (FLEISCHFRESSER, 2006).

O pressuposto importante, adotado no estudo, é de que no bojo deste processo, o papel do Estado na região na concretização das políticas públicas, assinala a vigência de práticas que oscilam entre a precariedade ou ausência na prestação dos serviços, que resulta na negação de direitos. Igualmente, a presença do Estado caracteriza-se pela imposição de sua presença, ordenando o processo de ocupação histórica e patrocinando o confronto entre a lógica do capital e a das populações tradicionais.

2.2. MODO DE VIDA RIBEIRINHO: determinantes da cultura no manejo dos recursos

Diversas experiências desenvolvidas pelas populações ribeirinhas, no extrativismo animal e vegetal, dentre outras, indicam a adoção de sistemas de manejo, no qual se reorganizam para disciplinar a exploração da fauna e flora, em áreas onde a organização da produção atende a princípios de coletivização do trabalho e de participação comunitária.



Para as populações ribeirinhas, a vida obedece à dinâmica do ciclo natural, assim o conjunto das práticas produtivas seguem a lógica da natureza, sem uso de tecnologias que alterem este ritmo. As práticas agrícolas são um exemplo deste modo de produção, pois seguem o tempo de fazer a coivara, de preparar a terra, de semear, de capinar e esperar o tempo certo de colher (DIEGUES, 1997). Na prática da pesca, seja para capturar o pescado para subsistência ou para comercialização, como nas demais atividades de coleta/extrativismo vegetal ou animal, também o tempo certo é aguardado, considerando a temporalidade das espécies de peixes migratórios ou residentes, o tempo de procriação e de reprodução.

Por fim, mesmo que se reconheça a existência de conflitos internos às comunidades, compreende-se que estas se constituem como espaço organizativo peculiar no qual seus atores estabelecem o manejo coletivo dos recursos materiais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas, cooperativas e solidárias. O ordenamento concreto de uma comunidade representa a afirmação de capacidades e habilidades, afirmação de identidades, usos tradicionais que põem em questão as formas modernas de consumo, enfim modos de consumo mais adequados às suas necessidades.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para execução do projeto foi utilizado um conjunto de técnicas e instrumentos para coleta de dados, assim a coleta de informações, também serviu para desencadear a colaboração, participação e engajamento dos comunitários no fornecimento de informações qualificadas sobre as condições de acessibilidade aos bens e serviços sociais nas comunidades ribeirinhas.

No estudo, a natureza dos dados foi, predominantemente, qualitativa, mas também, foram adotados dados de ordem quantitativa. A associação entre dados de natureza diferenciada deve-se ao entendimento de que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, porque a realidade abrangida por eles interage, dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p. 16). A adoção desta associação favoreceu o tratamento dos dados (qualitativos e quantitativos) de modo complementar e permitiu o entrecruzamento das informações.



A estrutura metodológica da pesquisa foi constituída por etapas sequenciais, articuladas entre si, de maneira interdependente: Etapa Preliminar, Etapa da Pesquisa de Campo e a Etapa de Consolidação do Estudo.

I - Etapa Preliminar - Nesta etapa foram realizadas as seguintes atividades: 1) Pesquisa Bibliográfica – pesquisa e revisão bibliográfica para construção das bases teóricas e de fundamentação das categorias analíticas (explicativas e operacionais) a serem adotadas no estudo e que prosseguem até às vésperas de finalização do projeto; 2) Pesquisa Documental – visitas e contatos institucionais para seleção e estudo de documentos e relatórios (dados secundários) relativos à viabilização das Políticas Públicas nas instituições municipais e estaduais e centros de pesquisa na região; 3) Grupo de Estudos Interação entre Saberes - foi criado no âmbito do Grupo Inter-Ação um grupo de estudos para promoção de debates semanais sobre a temática do projeto; 4) Preparação dos instrumentos de coleta de dados e/ou informações – estruturação dos instrumentos de pesquisa como: roteiro de entrevista e formulário; 5) Viagem à campo para apresentar o projeto junto às lideranças das comunidades e obter o Termo de Anuência apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa para apreciação, somente após aprovado foi iniciado o trabalho de campo; 7) Parcerias – estabelecimento de parcerias com instituições que atuam na viabilização das políticas nas comunidades.

II- Etapa da Pesquisa de Campo - Nesta etapa, diversas ações foram implementadas no âmbito das comunidades estudadas: 1) Pesquisa de Campo – a pesquisa de campo foi executada a partir da realização de viagens bimestrais ao município de Maués, nas quais se procedeu: a visitas domiciliares para obtenção do Consentimento Livre e Informado; a realização do pré-teste dos instrumentos de pesquisa e posterior aplicação do Formulário, elaborado como piloto para obter informações para o conjunto dos projetos de graduação e de pós-graduação junto aos comunitários para conhecer as necessidades e interesses dos grupos locais, sondar sobre as práticas de políticas públicas; a aplicação das Técnicas de Abordagem Individual e Grupal.

III) Etapa de Consolidação do Estudo - Nesta etapa foram desenvolvidas as ações de sistematização, organização dos dados e consolidação da abordagem analítica, por meio de: 1) Organização das informações e montagem de Banco de Dados - tratamento e análise dos dados para ordenar gráficos, tabelas e quadros e proceder a análise



crítico-descritiva, baseado na técnica de análise de conteúdo tomando, como referência, as categorias analíticas que norteiam o estudo; 2) Divulgação/Difusão dos resultados – elaboração de artigos científicos para publicação, envio de trabalhos para eventos técnicos científicos; 3) Elaboração do Relatório Final; 3) Retorno das informações às comunidades para retificação e ratificação das informações elaboração de material didático (cartilhas e informativos) doadas aos comunitários para uso na escola comunitária; 4) Resultado entregue às Parcerias – o resultado do estudo foi apresentado, em forma de resumo executivo, para as instituições parceiras com a finalidade de fornecer subsídios qualificados para o estabelecimento de políticas públicas junto às comunidades.

4. RESULTADOS

Dentre os principais resultados destaca-se:

1) Produção de novos conhecimentos - a elaboração de vários projetos de Tese, Dissertações e Monografias (especialização e graduação) geraram um conjunto de informações qualificadas, tais como:

- a) diagnóstico do *modus vivendi* abrangendo a dinâmica política, sócio-organizativa, e as condições de acesso aos Programas de Aposentadoria e de Assistência Social nas comunidades ribeirinhas;
- b) mapeamento dos conhecimentos tradicionais no manejo dos recursos naturais de plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas;
- c) produção de subsídios para a construção de mecanismos de proteção aos conhecimentos tradicionais na Amazônia.

2) Constituição de ações de extensão universitária - A partir da realização do mapeamento das necessidades, interesses e expectativas das populações ribeirinhas nas comunidades tradicionais relacionados aos direitos de cidadania, assim como, do diagnóstico das condições das condições de vida e de acessibilidade a bens e serviços sociais junto às comunidades ribeirinhas estudadas foi possível pensar na construção de um projeto de extensão universitária que possibilitasse intervir nas expressões da questão socioambiental.



3) Produção de subsídios para elaboração de políticas públicas coerentes com as necessidades das populações ribeirinhas – tendo como referência a LOAS e os resultados dos estudos que identificou as necessidades vigentes foi elaborada a proposta de criação de um centro que possibilitasse oferecer às comunidades ribeirinhas atendimentos e serviços sociais compatíveis com as suas reais necessidades e, desta forma, foi criado o *Centro de Referência de Atendimento Rural (CRAR)* em Maués, por meio do qual foi possível realizar um conjunto de serviços voltados para a realidade vivenciada no contexto das comunidades ribeirinhas da Amazônia, com envolvimento de uma rede de instituições parceiras para atender as populações do meio rural (produtores ribeirinhos (as), crianças, jovens, mulheres e idosos) com ações afirmativas de cidadania.

Assim, no que concerne aos resultados da pesquisa, em que pesem seus limites, a mesma proporcionou o aprofundamento do conhecimento sobre: o *modus vivendi*, a dinâmica socioambiental e organizacional das populações tradicionais na busca pelo acesso aos Bens e Serviços Sociais e no manejo dos recursos naturais pelas comunidades ribeirinhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Amazônia, os povos tradicionais indígenas e não indígenas lutam pela instituição da condição de sujeitos e protagonistas de sua história pela reinvenção de relações no contexto da correlação de forças vigentes, direcionadas para articulação de propostas, recursos e práticas que criem as possibilidades de enfrentar limites vigentes na prestação dos serviços sociais.

Neste processo histórico, a contribuição da ciência e o engajamento de profissionais comprometidos é imperativo, seja no reconhecimento do potencial que a sociedade civil organizada possui para o exercício de seu protagonismo histórico, seja assumindo compromissos políticos com a construção de alternativas de emancipação social, econômica e política destes povos.

O trabalho desenvolvido pelo Grupo *Inter-Ação*, junto às comunidades ribeirinhas de Maués, bem como, em inúmeras outras trabalhadas, busca potencializar a capacidade organizativa de que são portadoras. Para tanto, prioriza-se o diálogo entre a equipe de trabalho



e a comunidade para a elaboração coletiva e participativa de tecnologias sociais, tais como: organização sociopolítica e gestão comunitária.

Vale destacar, que o processo de participação e envolvimento dos comunitários é o fator fundamental na construção e implementação das ações possibilitando, assim, a construção de *saberes* que contribuem para instrumentalizar novas práticas e relações democráticas entre os diferentes agentes sociais envolvidos, caracterizando-se como um processo dialético, aberto e dinâmico, a partir de um diálogo instrutivo e pedagógico, o qual se constitui em um momento privilegiado em que se torna possível pensar e (re) inventar práticas e alternativas de continuidade das ações, bem como, a formulação coletiva de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida com participação cidadã.

5. REFERÊNCIAS

- CHAVES, M. P. S. R. Uma Experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Campinas: UNICAMP/CIRED. Tese de Doutorado, 2001.
- CHAVES, M. P. S. R. Recursos naturais, biotecnologia e conhecimentos tradicionais: questões sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: Revista Perspectiva, 2008.
- CHAVES, M. P. S. R. Relatório social do estudo caracterização socioeconômica da atividade pesqueira e da estrutura de comercialização do pescado na Calha Solimões-Amazonas. Manaus, 2004.
- GEERTZ, C. A. Interpretação das Culturas. RJ, Editora Guanabara, 1989.
- GODELIER, M. G. Antropologia. Organizado por Edgar Assis de Carvalho. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção grandes cientistas sociais, 21).
- LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. 12. ed. RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. O pensamento selvagem. SP: Ed. Nacional, 1976.
- MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.